

RESUMO/ ABSTRACT

BREVE HISTÓRIA, TÓPICOS E QUESTÕES SOBRE O ENSINO DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

O intuito deste texto é enquadrar historicamente uma reflexão sobre a criação da área disciplinar de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, seu desenvolvimento, singularidade, e actuais tendências.

Palavras-chave: literatura africana; ensino superior; ensino das literaturas africanas.

BRIEF HISTORY, TOPICS AND ISSUES ABOUT THE TEACHING OF AFRICAN LITERATURE ON PORTUGUESE LANGUAGE

The purpose of this text is inlay historically a reflection on the creation of disciplinary area of African literatures in Portuguese Language, its development, singularity, and current trends.

Keywords: African literature; higher education; teaching of African literatures.

**BREVE HISTÓRIA, TÓPICOS E QUESTÕES SOBRE O
ENSINO DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

Ana Mafalda Leite

Professora Doutora de Literaturas Africanas
Universidade de Lisboa-Portugal
anamafaldaleite@netcabo.pt

Retomo nesta comunicação uma reflexão que venho fazendo há vários anos sobre o ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, tendo em conta a importância e o desenvolvimento de que se têm revestido estas matérias em universidades de Portugal, do Brasil, dos países africanos de língua portuguesa, e em múltiplos Departamentos, em que se estuda o português pelo mundo fora.

Começo por fazer uma breve história da criação da área nas universidades portuguesas. A primeira a introduzir a leccionação da disciplina de LALP, como cadeira opcional, foi a de Lisboa – e Manuel Ferreira inaugurou na Faculdade de Letras o ensino desta área literária em 1975, data da independência dos novos países africanos.

Posteriormente, a cadeira foi introduzida por Salvato Trigo na Universidade do Porto, no ano lectivo de 1976-77. O poeta angolano Mário António Fernandes de Oliveira iniciou pouco depois a docência da disciplina na Universidade Nova de Lisboa. Por seu turno, a Universidade de Coimbra foi o quarto estabelecimento de ensino universitário a instituir a disciplina em 1980-81. A Universidade de Évora iniciou a actividade da cadeira no ano lectivo de 1988-89; a Universidade do Minho em 1990-91; a Universidade Católica de Braga em 1993-94 e a Universidade Católica de Lisboa em 1996-97. Estamos assim, praticamente no início do século XXI, altura em que quase todas as Universidades Portuguesas têm disciplinas e Mestrados afins de Estudos Literários Africanos.

No Brasil a área é introduzida pelos ensaios de Fernando Mourão na Universidade de São Paulo e posteriormente pelos trabalhos de Maria Aparecida Santilli e de Benjamin Abdala Júnior, que instituem curricularmente a área, a que se seguiram os estudos pioneiros de Rita Chaves e de Tânia Macedo. No final da década de 1980, Laura Padilha defende o seu doutoramento na UFF e no início da década de 1990 a UFRJ começa a docência da área com Carmen Lúcia Tindó Secco. Entretanto um pouco por todo o Brasil, irradiado a partir dos núcleos do Rio e de São Paulo, seja em Belo Horizonte, Campinas, na Bahía, em João Pessoa, e em diferentes e muito espalhadas universidades brasileiras, a área desenvolve-se em estudos graduados, pós-graduados e de doutoramento, principalmente a partir da lei 10.639 de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino das culturas e história afro-brasileira, africana e indígena no ensino secundário, lei que, por via indirecta, vem estimular o desenvolvimento dos estudos literários africanos no Brasil.

Por seu turno, nos Estados Unidos os estudos de Gerald Moser, e mais tarde de Russell Hamilton, trouxeram importante reforço bibliográfico a esta área de estudos literários ainda no fim da década de 1960, mas a tese de doutoramento, sobre a história literária das literaturas africanas, de Russell Hamilton, só será traduzida e actualizada para língua portuguesa em 1977. No início da década de 1990, os departamentos com estudos portugueses da Nova Inglaterra começam a desenvolver a área (Brown, Ahmerst, Dartmouth), e um pouco por todo o Continente, na Califórnia (Santa Bárbara, Los Angeles), em Madison, surgem disciplinas que convocam estas áreas literárias e vêm a ter como resultante, teses e estudos críticos, editando-se várias obras em língua inglesa. Este progresso da área no domínio dos países de língua inglesa tinha sido antecedido, na década de 1980, em Inglaterra, pela institucionalização curricular da área no King's College, através da intervenção de Helder Macedo e de Patrick Chaball.

Coube-nos acompanhar de perto o crescimento gradual de uma cadeira, na universidade portuguesa, primitivamente opcional, com média de oito a quinze alunos, até ao momento de instituição da sua obrigatoriedade curricular em Estudos Portugueses contemplando, em conjunto com a Literatura Brasileira, novas áreas literárias da língua portuguesa. Lembro que a disciplina de *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* foi tornada disciplina curricular obrigatória para os Cursos de Línguas e Literaturas Modernas na FLUL em 1978, mas só em 1984 a área se alargou com uma disciplina anual e outra semestral de LALP no curriculum de Línguas e de Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses, como disciplinas obrigatórias – e como opção para os outros cursos de Letras.

Entretanto, no final dos anos 1970, Salvato Trigo, no Porto, fez a primeira tese de doutoramento na área sobre a obra de Luandino Vieira e publicou vários ensaios, nomeadamente sobre a literatura angolana. Poucos anos depois, o docente moçambicano Lourenço do Rosário, via Coimbra, realiza o

primeiro doutoramento na área da Literatura Oral, e Fátima Mendonça pesquisa e publica sobre a Literatura Moçambicana. Também ainda no início da década de 1980 na Faculdade de Letras de Lisboa surge o primeiro núcleo significativo de investigadores e docentes da área: Alberto de Carvalho, Ana Mafalda Leite, Pires Laranjeira, Elsa Rodrigues dos Santos, Inocência Mata e Carlos Espírito Santo.

Significa então que a prática docente da nossa área se iniciou quase em simultâneo ao próprio processo de reflexão crítica e teórica sobre as cinco novas literaturas, ligadas a Portugal pela história da colonização portuguesa e por muitos outros laços culturais e humanos resultantes desse facto. Os primeiros elementos de trabalho para o ensino destas literaturas, ou seja grande parte dos textos literários e das obras mais significativas, começam, também, apenas a partir desse momento, a ser editados.

Há por assim dizer uma situação de quase “novidade” absoluta e de criação progressiva, tanto no campo editorial como no do ensino, da instrumentação necessária – a bibliografia activa, e a bibliografia passiva – para o conhecimento, estudo e ensino das cinco novas literaturas africanas de expressão portuguesa. Semelhante situação, por paradoxal que possa parecer, é, no entanto, aquela que acompanhamos e praticamos desde o início da nossa actividade docente.

As antologias poéticas – reveladoras dos autores e fazendo uma amostragem dos seus textos – acerca dos cinco países começam a ser editadas a partir de 1975, por Mário de Andrade, que vinha desenvolvendo desde a década de 1960 importante trabalho editorial junto da *Présence Africaine* em Paris – e que veio a falecer uma década depois – e por Manuel Ferreira. Também em Paris, Michel Laban iniciou por essa altura um trabalho de recolha de entrevistas de autores africanos, por país, que veio a constituir um trabalho fundamental de testemunhos e depoimentos para esta área.

Não deixa de ser importante fazer esta análise retrospectiva, quando hoje o progressivo crescimento desta área curricular não trouxe ainda todas as modificações e condições necessárias, por motivos que mais adiante vamos passar a expor, para uma prática de ensino que possibilite verdadeiramente colocar em paralelo a sua prática com a de uma outra literatura, com maior longevidade e tradição de ensino, como, por exemplo, a portuguesa, a brasileira, ou a francesa.

Saliente-se que a expressão “literaturas emergentes” ganha todo o sentido neste quadro prospectivo de instituição curricular e prática docente, se tomarmos em linha de conta que até 1974 – passaram, entretanto, 36 anos – esta área era integrada na “literatura ultramarina” e amalgamava produções literárias, oriundas das então diversas colónias portuguesas. Aliás, o primeiro prémio atribuído a um autor africano de língua portuguesa – ao angolano Luandino Vieira com a sua obra *Luuanda* em 1964 –, foi da iniciativa de uma instituição literária portuguesa, a Sociedade Portuguesa de Autores.

Quando em 1975, na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique – que eu então frequentava como estudante –, se iniciou a revisão curricular, os estudos críticos da literatura moçambi-

cana e o conhecimento dessa literatura, enquanto tal, estavam praticamente no início. Algumas das publicações críticas mais significativas na época, como, por exemplo, a publicação do volume *Poesia de Moçambique* (com ensaios sobre a poesia de Rui Knopfli, Grabato Dias e José Craveirinha) e *A Crónica dos Anos da Peste*, de Eugénio Lisboa, tinham sido editadas em 1973; por seu turno, a publicação de *Karingana Wa Karingana*, de José Craveirinha, obra fulcral do poeta, surgira nas livrarias apenas em 1974.

Não deixa de ser relevante, por exemplo, salientar alguma interferência ideológica e política nos primeiros anos de ensino dessas matérias. E também uma certa indefinição sobre o estatuto literário ou não literário de certas obras, fruto de circunstancialismos históricos, como é o caso, por exemplo, da produção escrita e designada por “literatura de combate”. A necessidade e a urgência em criar e legitimar o *corpus* literário dessas novas literaturas, de o institucionalizar, levou, naturalmente, durante os primeiros anos, a uma certa indefinição do “literário”, no âmbito dessa disciplina.

É no entanto de um esforço concertado entre a prática editorial, a prática docente e a investigação universitária – que privilegia o estudo das obras enquanto matéria literária, situando-as na rede comparada das literaturas de língua portuguesa e africanas, também em outras línguas – que vão surgir alguns dos elementos bibliográficos fundamentais para o actual ensino das literaturas africanas.

Assim, após as independências houve um esforço significativo no sentido de dar a conhecer, via edição, essas novas literaturas. A prática mais comum e quase imediata foi a edição de antologias, e Manuel Ferreira desempenhou um papel importante neste campo ao promover a edição dos *Caliban*. Mário Pinto de Andrade, por seu turno, fez publicar em 1975 as Antologias Temáticas de Poesia Africana de expressão portuguesa. Mais tarde, no Brasil na década de 1990, Carmen Lucia Tindó fez surgir a Antologia do Mar nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Outras antologias surgiram entretanto sobre Conto e Poesia Moçambicanos na década de 1990 (Dom Quixote), e em Angola, mais recentemente, várias sobre poesia angolana.

Em 1977, as Edições 70 promovem a edição da tese de doutoramento de Russell Hamilton, que é a primeira tentativa historiográfica literária acerca das literaturas africanas; é essa mesma editora, com a participação da União dos Escritores Angolanos – de que era Presidente na altura José Luandino Vieira –, que faz a edição de uma parte significativa das obras literárias de autores angolanos, permitindo a reedição de obras do século XIX como, por exemplo, *Espontaneidades da Minha Alma*, de José da Silva Maia Ferreira, e *Nga Mutúri*, de Alfredo Troni, com estudos introdutórios de especialistas como Gerald Moser e Mário António de Oliveira.

No início da década de 1980 é também criada uma colecção de Autores Moçambicanos pelas Edições 70, mas que não chega a ultrapassar os dez títulos. Surgiram em Lisboa, e em simultâneo, em

Maputo e Luanda, através dos Institutos do Livro e das respectivas Associações de Escritores locais, outras colecções, editando a nova geração de poetas e prosadores que, a partir de meados dos anos 1980, começa a despontar.

Manuel Ferreira funda, entretanto, uma editora, África Editora, mais tarde ALAC, que promove a publicação de uma revista, *África* – dedicada ao estudo das literaturas africanas – e de livros de alguns autores africanos, bem como uma colecção denominada “Para a História das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa”.

Devido em parte à sua prática docente universitária, Manuel Ferreira estava consciente da urgente necessidade de material bibliográfico, nomeadamente da edição e da reedição de obras literárias, fundamentais para serem incluídas nas bibliografias dos programas e poderem ser lidos os textos, a matéria prima, tal como da edição de obras ensaísticas que pudessem acompanhar o estudo das obras literárias.

É na sequência destas preocupações que surge, em 1983, a primeira Bibliografia (bilíngue, em português e inglês) das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, organizada em conjunto por Manuel Ferreira e Gerald Moser.

Coube-nos a partilha e a dificuldade, em conjunto com outros colegas, portugueses, moçambicanos, santomenses e brasileiros, de fazermos as primeiras dissertações, as pesquisas, de leccionarmos e de participarmos em projectos editoriais, desenvolvendo simultaneamente actividade crítica. Conscientes de que da seriedade do nosso trabalho resultaria uma parte da seriedade e da dignificação de uma área de estudos literários, a das literaturas africanas de língua portuguesa.

É no final dos anos 1980 que o moçambicano Gilberto Matusse vem para Lisboa e faz o Mestrado, de que resultou uma obra vectorial sobre a Literatura Moçambicana, ou que Rita Chaves vai para Angola, vindo a produzir em doutoramento *A Formação da Literatura Angolana*.

Relativamente ao desenvolvimento curricular, constatou-se na Universidade portuguesa, que devido ao facto de os países africanos de língua portuguesa não terem em Portugal as suas literaturas contempladas nos currículos obrigatórios do Ensino Secundário, tal facto não conferia ao aluno, que se matriculava em Letras, a possibilidade de um conhecimento e informação básicos, que entrassem no quadro de uma preparação geral mais ou menos consolidada, capaz de criar um horizonte de apetência e compreensão significativas.

A situação mais ou menos generalizada do aluno era e é de um relativo desconhecimento não só das literaturas africanas, como da realidade africana em geral. A primeira dificuldade começa em situar geograficamente os países; a segunda em lembrar, ou saber, com precisão, a conexão histórica de Portugal com aqueles países, nomeadamente o conhecimento da história da colonização,

os momentos mais decisivos que tiveram lugar no século passado com a ocupação territorial, ou os principais acontecimentos que levaram ao início da guerra colonial e da luta armada de libertação.

Esta falta de elementos, relativa a uma cronologia histórica recente, torna-se patente em relação a outras informações sobre a África pré-colonial. Tendo em conta esta situação, que tende a agravar-se no decorrer dos anos, porque as gerações mais novas perderam o contacto que, antes, possuíam através de familiares, ou da experiência de amigos que tinham estado em África, foi necessário introduzir reformas e lutar por transformações na área.

Resultou, por exemplo, da nossa prática de ensino das Literaturas Africanas de LP, ao longo de quase vinte anos, a constatação crítica de uma disciplina que comportava uma complexidade de informação relativa a diferentes áreas do saber – antropologia, etnologia, história, literatura oral, teoria literária, literatura comparada, literaturas africanas em outras línguas – ao mesmo tempo em que acumulava, num mesmo tronco comum, cinco diferentes literaturas com processos individualizantes muito marcados.

Nomeadamente, juntavam-se nas *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* três literaturas continentais (a angolana, a guineense e a moçambicana) a par de duas insulares (a caboverdiana e a santomense) cujas origens e desenvolvimento, por razões de ordem histórica e cultural, são distintas e específicas.

Por outro lado, a inexistência de uma disciplina sobre Cultura Africana, congénere de outras, como, por exemplo, a de Cultura Portuguesa ou a de Cultura Brasileira ou Francesa, existentes no Departamento de Literaturas Românicas, dificultava o ensino de uma cadeira tão abrangente como a de *Literaturas Africanas*.

Tal dificuldade acrescia porque, além do mais, a Cultura Africana distingue-se mais significativamente de outras culturas de raiz europeia, com as quais, apesar de muito desconhecimento, os alunos se sentem mais identificados por razões de pertença a um mesmo continente. Por outro lado, também porque o elevado número de questões que deve ser abordado numa cadeira de Cultura Africana pressupõe leituras teóricas e exposição de assuntos que estão relacionados com outras disciplinas afins, como os estudos etno-antropológicos, estudos de linguística africana, de literatura oral, ou ainda de filosofia e de religião africanas. Semelhante acervo de informação corre sempre o risco de ser superficialmente desenvolvido se não constituir uma disciplina autónoma, cujas motivações visem exclusivamente elucidar estes aspectos particulares da mundividência africana.

A necessidade de semelhante enquadramento cultural é suscitada pelas obras literárias que procuram manifestar aspectos civilizacionais próprios do mundo africano. Nesta perspectiva, são vários os temas que necessariamente devem ser abordados numa cadeira específica de Cultura Africana, de

modo a complementar e situar o estudo das Literaturas Africanas de LP. Tais temas podem ser direccionados, tendo em conta o fundo linguístico comum bantu dos três países continentais africanos de língua portuguesa, para aspectos relacionados com a caracterização da religiosidade africana, da filosofia, que se detectam, parcialmente, na forma como estão estruturadas, por classes, as línguas bantu. Ou ainda orientados para as relações entre o homem e a natureza, seu relacionamento comunicante, e para concepções diversas como as da morte, do amor e da vida, tendo em conta a relação com os ancestrais. Orientado também para as concepções do tempo e do espaço associados à noção de mundo e de mundos, estruturante de quase todas as comunidades africanas. Outros temas a serem desenvolvidos prendem-se com a organização social e clânica, com os diversos tipos de laços familiares e normas vigentes ou tabus instituídos nas comunidades.

Tais informações são fundamentais para se entender o tipo de registo veiculado pelo texto literário em relação à sociedade tradicional – que surge, por exemplo, referida no romance mítico-histórico, ou no romance histórico, ou mesmo nas narrativas actuais, em que se explora e equaciona o confronto entre as sociedades rurais do interior e a modernidade das cidades – e para se poder ler objectivamente uma referência cultural integrada, e ser possível descodificá-la de acordo com um saber cultural apreendido.

Entre vários temas fundamentais a ser abordados numa cadeira de Cultura Africana, um dos que nos parece da maior importância para o estudo das disciplinas de Literaturas Africanas de LP, relaciona-se com o conhecimento aprofundado das noções de tradição oral e de sociedades de tradição oral. Não só porque a partir desses temas se debatem muitas das questões teóricas polémicas em torno do conceito de literatura africana, mas também pela sua real importância para o entendimento das formas e das propostas de que se revestem os textos literários africanos.

Apenas o conhecimento desse substracto cultural tradicional permitirá entender as transformações que a modernidade veio trazer a África e permitirá diagnosticar nos textos literários, por exemplo, certo tipo de actuação das personagens nos enredos narrativos, nomeadamente as alterações ou modificações de registos comportamentais de acordo com as origens sociais e o espaço rural ou urbano em que se situam.

Com efeito, uma das possíveis marcas de africanidade textual radica, exemplarmente, nessa complexa teia entre oralidade e escrita, retrabalhada temática e formalmente nos textos, de múltiplas formas, tema sobre o qual tive oportunidade de reflectir e publicar.

Se os temas referidos merecem desenvolvimento especial para enquadrarem as três literaturas africanas continentais de Angola, Guiné-Bissau e de Moçambique, uma disciplina de Cultura Africana, ligada ao estudo das Literaturas Africanas de LP, deve ainda dedicar uma parte do seu programa ao estudo específico das culturas crioulas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

Com efeito, as literaturas dos países insulares, apesar da sua integração geográfica africana, possuem uma manifesta diversidade cultural, de que o primeiro índice revelador se evidencia na criação e no uso linguístico dos crioulos. As referências textuais ao romanceiro tradicional caboverdiano que se encontram, por exemplo, nos poemas de Corsino Tolentino, de Gabriel Mariano, ou nos textos de Baltasar Lopes, de Teixeira Gomes ou de Germano de Almeida, imediatamente nos remetem para outro enquadramento cultural.

A este respeito é elucidativo consultar a obra de Elsie Clews Parsons, *Folclore do Arquipélago de Cabo Verde*, onde se constata as particularidades temáticas dos contos orais, nomeadamente os ciclos do lobo e do chibinho, e a marcada influência do romanceiro português. Outras obras como *Folclore Caboverdiano*, de Pedro Cardoso, *A Aventura Crioula*, de Manuel Ferreira, *Cultura Caboverdiana*, de Gabriel Mariano, *Cabo Verde: subsídios para um levantamento cultural*, de João Lopes Filho, *Cabo Verde: o ciclo ritual das festividades da tabanca*, de José Maria Semedo e Maria R. Turano, *A Morna na Literatura Tradicional: fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercussão na sociedade*, da autoria de Moacyr Rodrigues e Isabel Lobo, *A Música Tradicional Cabo-Verdiana I: a Morna*, de Vasco Martins, são apenas alguns exemplos bibliográficos que diversificam e dão uma amostragem das especificidades temáticas da cultura caboverdiana.

E no caso de São Tomé e Príncipe, tendo em conta também os aspectos relevantes e únicos da sua criouliidade cultural, diferentes e distintos dos caboverdianos, existem vários estudos de Amândio César, que têm utilidade bibliográfica e, nos últimos anos, publicações da escola de Rennes, artigos e ensaios de Carlos Espírito Santo e Inocência Mata têm trazido informação sobre, por exemplo, a ritualização teatral do “Tchiloli”, a “Dança Congo” e elementos relativos à especificidade do Romanceiro São Tomense.

A utilidade da distinção de culturas africanas e crioulas, porventura ainda não suficientemente sistematizada bibliograficamente, visa problematizar e questionar, positivamente, o ensino das culturas africanas. Com efeito, é fundamental desenvolver com rigor os temas fundamentais da cultura africana e das culturas crioulas insulares, e enquadrar o estudo das Literaturas Africanas de LP.

Assim, na Faculdade de Letras de Lisboa, já no final da década de 1990 foi introduzida, após luta burocrática, uma disciplina de Cultura Africana, que nós, enquanto docentes, reclamávamos como necessária e fundamental. Isto porque se tornava necessário ao docente fazer uma introdução a vários aspectos relativos à cultura e história africanas, de modo a poder contextualizar as especificidades destas áreas literárias e de modo a permitir a leitura analítica de heranças e tradições culturais, referências históricas, que os textos literários africanos trazem em si inscritas.

Mais tarde, a partir de 2004, criou-se um Curso de Estudos Africanos, com matérias como História, Geografia, Antropologia, cujas disciplinas opcionais podem complementar o estudo da área literária.

Por outro lado, a designação curricular da disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa foi debatida, devido à sua designação de uma indiferenciada totalidade – as cinco diferentes literaturas que, apesar de um elo comum de colonização histórica, têm percursos individualizados, a maioria delas desde meados do século XIX, eram consideradas numa indiferenciada totalidade – e através de várias reformas, conseguiu-se institucionalizar há cinco anos, em Estudos Portugueses, um leque de cadeiras que abrange as várias literaturas nacionais, Angolana, Moçambicana, Literaturas Insulares, Literatura Colonial, e outras, oferecidas alternadamente, em semestres e anos diferentes.

Tal reforma surgiu da constatação de que o estudo rigoroso de três dessas literaturas, as mais significativas em produção literária e antiguidade, como é o caso da Literatura Angolana, da Literatura Caboverdiana e da Literatura Moçambicana, exigiam a sua autonomização disciplinar. Jacinto do Prado Coelho, em *A Originalidade da Literatura Portuguesa*, afirma que

a vinculação da literatura à nacionalidade é que nos obriga a reconhecer como sistemas autónomos, apesar de servidos pela mesma língua, literaturas como a portuguesa, a brasileira, a angolana, a moçambicana, a cabo-verdiana, e a procurar nos temas, nas formas, no estilo de cada uma delas, as marcas distintivas duma experiência colectiva única (1977, p. 12).

Curricularmente isso já tinha acontecido nas Universidades ou instituições superiores dos países africanos de língua portuguesa, como é o caso da Universidade Eduardo Mondlane ou da Universidade Pedagógica, em Moçambique, onde é oferecida a disciplina de Literatura Moçambicana, e ainda no Instituto Superior de Educação da Praia, em Cabo Verde, hoje Universidade de Cabo Verde, onde a Literatura Caboverdiana funciona desde a década de 1990, como disciplina curricular, independentemente da cadeira de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Na discussão pela reforma de tais aspectos ligados à disciplina, na FLUL, o natural comentário que suscitavam estas observações é que a autonomia designativa das literaturas nacionais acontecia porque no país de origem, a literatura nacional forçosamente teria de constituir objecto de pesquisa e de ensino individualizados.

Todavia, parecia-nos argumento insuficiente para continuar a legitimar a existência de uma cadeira e de uma área disciplinar, com uma designação – e um *corpus* – ainda marcados, quer queiramos quer não, pelo signo da colonialidade e pela tradição imperial.

Lourenço do Rosário referiu na sua obra *Singularidades: Estudos Africanos* – a propósito da designação englobante de “Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa” que aparecia e aparece ainda nos planos das licenciaturas e estudos graduados, das universidades portuguesas, brasileiras e outras –

o carácter aparentemente aleatório de como se constituía o eventual corpus dessas literaturas siamesas não permitia vislumbrar senão a sua vinculação umbilical à herança colonial do ex-império recém desaparecido fisicamente, mas permanecendo nas mentes dos cidadãos, testemunhando que a proposta de ruptura, se foi consumada, ao nível político, com a constituição de tantos estados soberanos, na literatura, os passos eram ainda dados conforme o ritmo do passado recente, em que vislumbramos a permanência de uma certa ideia de unidade cultural resultante de um mesmo passado histórico (1997, p. 75).

Se por um lado uma das justificações que promovia o ensino conjunto destas Literaturas passava pelo vínculo comum à colonização, à praxis colonial e ao modo de exercício dessa praxis, por outro é esse mesmo passado que de certo modo explica a ausência editorial destas cinco literaturas.

É facto admitido que o colonialismo não favoreceu ou incrementou o desenvolvimento editorial das literaturas africanas. Se, por um lado, o próprio sistema teve necessidade de implantar nas então colónias, em meados do século passado, a imprensa e, mais tardiamente, o ensino liceal e quase apenas no fim da época colonial, o ensino universitário, factores que contribuiriam para o desenvolvimento das literaturas africanas, por outro, a acção da censura, que ganha uma latitude extremada em especial a partir da década de 1960 – altura em que começa a guerra colonial –, contribui exactamente para o efeito inverso.

A situação editorial em Portugal das literaturas africanas de língua portuguesa até 1974, ano da revolução portuguesa, como já se referiu, resume-se praticamente a uma actividade quase clandestina e de difícil acesso no mercado editorial ao leitor interessado. Para além das publicações da Casa dos Estudantes do Império, em edições limitadas e quase familiares, de antologias e de algumas obras de autores também promovidas pela C.E.I., o panorama editorial não seria realmente aliciante para quem quisesse conhecer ou investigar estas áreas literárias. Alfredo Margarido, que teve papel importante neste processo editorial da C.E.I., publicou vários ensaios e artigos que, no entanto, só vieram a ser editados em livro já em 1980.

Em relação à bibliografia passiva, os dois volumes de Hernani Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, publicados em 1963 e 1964, o primeiro dedicado ao século XV e XVI e o segundo ao século XVII e XVIII, não chegam sequer a tocar no assunto, dada a limitação cronológica por um lado, e, por outro, os objectivos do trabalho, relacionados em especial com a literatura portuguesa.

Outra obra, de cariz diferente, da autoria de Amândio César, *Parágrafos de Literatura Ultramarina*, publicada em 1967, é uma obra marcada politicamente pela época, que reúne artigos vários, em registo mais ou menos jornalístico, e com intuitos críticos apologéticos imperiais. Também de Amândio

César são as antologias do conto ultramarino publicadas em 1969. O enquadramento ideológico da época não permitiu a realização de trabalhos consequentes na área da historiografia, da ensaística e da crítica literárias.

Os trabalhos mais interessantes, publicados em grande parte pela Agência Geral das Colónias, ou em edições ligadas à Igreja, situam-se no domínio da literatura oral e dos estudos antropológicos, ou em outras áreas que não têm a ver com este nosso trabalho. O artigo “Ultramar na Literatura Portuguesa”, incluído no *Dicionário de Literatura* – dirigido por Jacinto do Prado Coelho – com dois artigos assinados por José Osório de Oliveira e João Pedro de Andrade, inclui uma bibliografia de praticamente todas as obras editadas em Portugal e nas então colónias sobre a literatura designada nessa época por “ultramarina”. Além disso, tem a utilidade de nos mostrar a incipiência crítica e ensaística sobre as obras dos autores africanos e, ao mesmo tempo, a escassez editorial de obras literárias.

Como vimos, após 1975, a situação muda radicalmente no plano editorial e crítico, mas lentamente. Apesar de nos últimos anos haver uma maior diversificação na edição das obras de autores africanos, nomeadamente a partir de meados da década de 1980, quando começam a surgir as gerações mais jovens, muito do material necessário continua por editar e algumas das antologias e estudos de enquadramento destas literaturas esgotaram e não voltaram a ser reeditadas, nem reatualizadas.

Também obras que só nos últimos anos viram a edição, como é o caso da poesia de Rui de Noronha e da poesia de Noémia de Sousa, em Moçambique, não têm divulgação editorial didáctica nos outros países de língua portuguesa. De costas voltadas uns para os outros, os países da CPLP desconhecem o que em cada um dos países se vai publicando.

Por outro lado, o mercado editorial centralizado na ex-metrópole, e agora também no Brasil, dá preferência aos autores mais mediáticos, não se tendo ainda desenvolvido, com raras excepções (como recentemente na USP) a criação de colecções didácticas sobre essas literaturas.

Mudanças e transformações no ensino das LA no século XXI

A última década do século XX e a primeira do XXI trouxeram um gradual e rápido crescimento da área de estudo das Literaturas Africanas, um pouco por todo o mundo, nomeadamente nos departamentos em que se ensina português.

Não só foram criados novos postos de ensino dedicados à área, como se realizaram múltiplas teses de Mestrado e de Doutoramento, muitas delas online no Brasil, e ainda um trabalho diversificado de tradução de autores africanos, que permitiram também a inclusão dessas obras nos departamentos de Literaturas Comparadas. Desenvolveram-se também congressos anuais sobre a matéria em vários países europeus e anglo e latino-americanos.

O interesse pelas Literaturas Africanas tem, no entanto, a partir do início de 2000, conhecido um particular entrosamento com os estudos culturais, estudos interartes e pós-coloniais, nomeadamente em Inglaterra, Estados Unidos e países de língua inglesa, bem como em Portugal.

Tal facto, acompanhado da gradual crise das áreas de ciências humanas, que decorre também desde essa época, tem levado a que muita da bibliografia produzida em obras conjuntas ou singulares, resultantes de congressos, colóquios ou revistas, incida em focos teóricos multidisciplinares, que por vezes utilizam a literatura apenas como pretexto para reflexão teórica, e se afastam da singularidade dos estudos literários africanos de língua portuguesa.

Assim notamos que a par de um necessário e útil desenvolvimento reflexivo de tópicos pós-coloniais, ligados à revisão da crítica sobre esta área, bem como à definição da instrumentação teórica, cruzando áreas como a antropologia, a história, a sociologia, os estudos feministas e psicanalíticos, e outras variadas, como a teoria “queer”, enfim variadíssimos tópicos que têm a ver com a noção de fronteira, globalização, transnacionalidade etc., – no fundo prefigurando as diferentes vias de pesquisa, em que nos últimos vinte anos os estudos pós-coloniais se têm ramificado e expandido, poderão ter levado a que na área disciplinar das literaturas africanas não se tivessem desenvolvido – de acordo com um ritmo similar ao da expansão do ensino da área – e realizado ainda as necessárias histórias da literatura, bem como a criação de instrumentos antológicos e críticos, fundamentais, para o enquadramento histórico destas áreas literárias.

Algumas obras conjuntas têm aflorado estas questões, alguns projectos, como o da realização da História da Literatura Angolana, intentada pelo Ministério da Cultura de Angola, mas que acabou por não se concretizar.

Observamos que também a progressiva mercantilização do ensino universitário, que Bolonha veio acelerar e certificar, bem como as novas vertentes institucionalizadoras do Ensino Superior, que obrigam à produção anual obrigatória de ensaios, revistas, obras conjuntas, colóquios, têm tido como resultante, por um lado, uma maior divulgação da área e crescente ritmo editorial. Mas também, em contrapartida, a realização, em série, de múltiplas teses de Mestrado e de Doutoramento, como de Pós-doutoramentos, incide ou sobre os mesmos autores, e normalmente os contemporâneos e os mais reconhecidos pela recepção mediática, ou sobre tópicos teóricos, em que o *corpus* literário aparece, grande parte das vezes, como instrumentação subsidiária.

Não gostaria que esta minha apreciação fosse considerada uma crítica para colegas, departamentos e universidades. Eu incluo-me também, parcialmente, neste conjunto de acontecimentos que descrevo, enquanto júri de muitas e diversas teses, e orientadora de outras, que a Universidade Portuguesa e outras estrangeiras têm levado a cabo.

No entanto, uma vez que faço parte de uma geração fundadora da área, sinto-me responsável e empenhada, e por isso julgo importante alargar esta reflexão com todos os meus colegas, sobre o rumo que leva o Ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, e a utilidade em nos concentrarmos em algumas prioridades de pesquisa e de edição, fundamentais para o ensino das Literaturas Africanas e sua autonomização enquanto Literaturas Nacionais. Nomeadamente, a edição de histórias das literaturas nacionais, antologias críticas, edição de ensaios temáticos e comparados.

Ainda que se vivendo numa época em que o conceito de nação começa cada vez mais a ser colocado em causa, e que estudos transnacionais como, por exemplo, o de Paul Gilroy sobre o Atlântico Negro, tenham muito sentido, e sejam fonte de enriquecimento comparado, julgo ser necessário haver uma base de contextualização histórico-literária singular, para cada uma dessas literaturas, a fim de que se possa proceder seriamente a estudos comparados mais amplos.

Referências bibliográficas

ROSÁRIO, Lourenço do. *Singularidades: estudos africanos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1997.

COELHO, Jacinto do Prado. *A originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

Recebido em 14 de setembro de 2010

Aprovado em 15 de outubro de 2010

